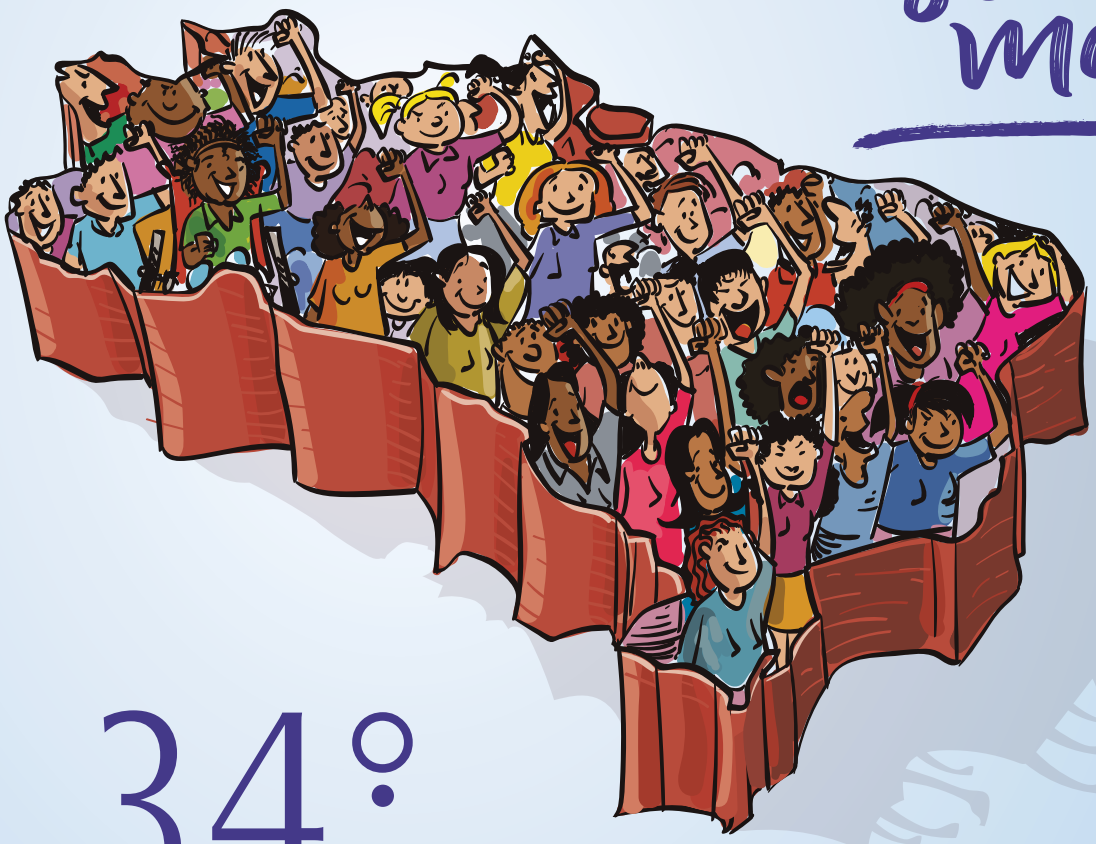
FENAE
agora

Juntos somos mais



34º CONECEF

São Paulo • 07 e 08 de Junho de 2018

Na atual conjuntura do país, em que o patrimônio público e os direitos dos trabalhadores estão em risco, unidade e resistência precisam ser as palavras de ordem contra esses e outros retrocessos

Publicação da Federação das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal. Ano 20 / Edição Especial Conecef / junho-julho - 2018 / Distribuição Gratuita

CARBON FREE

Administração e redação:
Fenae - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal
SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Loja 126, Térreo II, Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul Brasília / DF - CEP 70340-906

Diretoria Executiva

Diretor-presidente:
Jair Pedro Ferreira
Diretor vice-presidente:
Sérgio Takemoto
Diretor de Administração e Finanças:
Clotário Cardoso
Diretor de Comunicação e Imprensa:
Marcos Aurélio Saraiva Holanda
Diretor de Esportes:
Carlos Alberto Oliveira Lima (Caco)
Diretor de Cultura:
Moacir Carneiro da Costa
Diretora de Assuntos de Aposentados e Pensionistas:
Marlene Rodrigues Dias
Diretora de Saúde e Previdência:
Fabiana Cristina Meneguele Matheus
Diretora de Juventude:
Rachel de Araújo Weber
Diretora de Relações de Trabalho:
Rita de Cássia Santos Lima
Diretor da Região Norte:
Jerry Fiusa dos Santos
Diretora da Região Nordeste:
Giselle Maria Araujo Lima
Diretor da Região Centro-Oeste:
José Herculano do Nascimento Neto (Bala)
Diretor da Região Sudeste:
Dionísio Reis Siqueira
Diretora da Região Sul:
Célia Margit Zingler

Conselho Fiscal
Titulares:
Francisca de Assis Araújo Silva, **Maria Rita Serrano** e **José Megume Tanaka**
Suplentes:
Paulo César Barros Cotrim, **Laércio Silva** e **Anabele Silva**

Conselho Deliberativo Nacional
Presidente:
Paulo Roberto Masseti Moretti
Vice-presidente:
Nanci Pereira dos Santos
Secretário:
Paulo Roberto Damasceno

Gerente de Comunicação:
Rodrigo Fernandes
Jornalistas:
Andréa Viegas, **Antônio José Reis**, **Jonilda Bonfim** e **Júnia Lara**
Redação publicitária:
Ana Paula Bessa e **Eduardo Ribeiro Bueno**
Fotos: as não identificadas são de autoria de **Giselle Fioravanti**
Design:
Lisarb Senna de Mello e **Marcelo Villodres**

Impressão: Bangraf. Tiragem: 138.000 exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita**.

FSC Recycled

EDITORIAL

Juntos somos mais! O slogan do 34º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado em São Paulo nos dias 7 e 8 de junho, marcou os debates do evento. Na atual conjuntura do país, em que o patrimônio dos brasileiros e os direitos dos trabalhadores em geral estão em risco, unidade e resistência realmente precisam ser as palavras de ordem contra os retrocessos.

Uma das principais ameaças diz respeito à Caixa 100% pública. Já faz tempo que o projeto do governo Temer está escancarado: enfraquecer e diminuir a atuação do banco, a fim de entregar à iniciativa privada setores como habitação, cartões, loterias, gestão do FGTS. Perdem não apenas os milhares de empregados da empresa, mas toda a população, especialmente os mais carentes, que dependem dos serviços prestados pela instituição.

O pretendido processo de desmonte da Caixa passa também pelas inúmeras tentativas de retirar direitos dos empregados. Basta citar as resoluções do governo federal que impactam os planos de saúde de autogestão das empresas estatais, como o Saúde Caixa. Medidas como descomissionamentos arbitrários, verticalização e falta de trabalhadores nas unidades do banco contemplam o dia a dia de sobrecarga e adoecimento da categoria.

Mas momentos decisivos estão a caminho. O primeiro deles é a Campanha Nacional 2018, já em curso, na qual a união e a participação dos bancários e bancárias será fundamental para que a luta seja vitoriosa. O slogan, aliás, não poderia ser melhor: "Todos por tudo". A mensagem de Nenhum Direito a Menos estará ainda mais presente.

Outro momento crucial são as eleições de outubro. O futuro da Caixa, das empresas públicas e de todos os brasileiros dependem do futuro do país. Ou seja, do projeto que for escolhido nas urnas. Por isso, a luta não pode parar! Juntos somos mais fortes!

Boa leitura!





Unidade e resistência para fortalecer a luta em defesa da Caixa 100% pública e contra a retirada de direitos dos trabalhadores

Mais do que nunca, bancários e bancárias de todo o país terão de estar unidos em torno da mesa única com a Fenaban e da negociação concomitante com a Caixa nas questões específicas



"Juntos somos mais". Esse sentimento expresso no slogan do 34º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef), realizado entre os dias 7 e 8 de junho, em São Paulo (SP), traduz a necessidade cada vez maior de aperfeiçoamento da estratégia de organização e mobilização diante do momento adverso enfrentado não apenas pelos trabalhadores do banco, mas por cada cidadão brasileiro. Uma constatação: mais do que nunca, os bancários e as bancárias de todo o país terão de estar unidos em torno da mesa única com a Fenaban e da negociação concomitante com a Caixa nas questões específicas.

Em um cenário de ameaça de retrocessos em relação ao patrimônio público e de retirada de direitos, a expectativa é de uma campanha salarial difícil, em que nenhum avanço virá sem a ampla mobilização da categoria bancária. Uma das prioridades dos empregados da Caixa é manter a luta para que o banco continue 100% público e parceiro do Estado brasileiro na execução de políticas públicas.

A importância de intensificar a mobilização em defesa da Caixa 100% pública e contra a retirada de direitos, com unidade e resistência aos ataques contra a empresa e seus trabalhadores, norteou a tônica dos discursos das lideranças sindicais presentes ao ato de abertura do 34º Conecef. Na condição de presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira lembrou que ***"a dinâmica do 34 Conecef teve que ser mudada, como reflexo do golpe de 2016 aplicado contra os valores democráticos do país. O momento é de reflexão e resistência"***. Ele afirmou que o processo eleitoral em outubro deste ano vai ditar o futuro da Caixa e das demais estatais, cabendo aos empregados e aposentados estarem mobilizados para evitar que o banco seja desmontado. E completou: Os ataques vêm se intensificando e precisamos estar preparados para resistir. Fundamental ainda é olhar para o tipo de empresa que se quer para o país, somada à importância de se fazer a defesa da Funcef, do Saúde Caixa e da Caixa 100% pública, cabendo a cada um e a cada uma a tarefa de manter-se firme em torno dessa luta".

A representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), Fabiana Uehara, fez um alerta sobre o

que virá pela frente em uma conjuntura de retrocesso, anunciando que a Campanha Nacional 2018 será marcada pelo ritmo de muita mobilização e resistência. ***"Será uma campanha para além dos interesses corporativos, culminando na defesa dos bancos públicos, do Brasil e da democracia"***, disse.

Durante o ato de abertura, o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Dionísio Reis, que também é diretor da Região Sudeste da Fenae, resumiu o sentimento dos delegados inscritos para o 34º Conecef: ***"São mais de 30 anos de muita luta e sairemos desse evento com uma pauta de reivindicações específicas que traduza as necessidades dos trabalhadores da Caixa por melhores condições de trabalho e contra o desmonte do banco".***

Ainda na abertura do 34º Conecef, os dirigentes sindicais destacaram a necessidade de mostrar para a categoria e para a sociedade o papel das eleições de outubro e da política para a defesa dos direitos trabalhistas e sociais. O controle público e o fortalecimento de empresas como a Caixa Econômica Federal são parte de um mesmo objetivo: defender a soberania nacional das agressões da geopolítica externa e das ambições do capital privado voltado para o interesse exclusivo do mercado.





Resistir é a palavra de ordem contra as reformas trabalhista e da Previdência

No painel do Conecef **"Nenhum Direito a Menos"**, o ex-ministro da Previdência, Carlos Gabas, e o advogado José Eymard Loguércio enfatizaram que os trabalhadores devem se mobilizar contra a retirada de direitos e o desmonte do governo neoliberal

A retirada dos direitos dos trabalhadores foi o primeiro ponto dos debates que marcaram o 34º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef). No painel, "Nenhum Direito a Menos", o ex-ministro dos governos Lula e Dilma, Carlos Gabas, e o advogado José Eymard Loguércio, da Assessoria Jurídica da Fenae e da CUT, foram taxativos: as "reformas" do governo Temer têm como objetivo acabar com as conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira e desestruturar as organizações sindicais, beneficiando os patrões.

"A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 não é reforma, é desmonte do sistema previdenciário", disse Gabas. Ele negou o déficit da Previdência e disse que o objetivo real é apenas abrir espaço para o sistema financeiro privado. Segundo o ex-ministro, a mesma história de que o sistema público de aposentadorias estaria prestes a falir é contada há mais de 30 anos. Ele lembrou ainda que o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado garantiu que a Previdência não está quebrada. ***"O que precisa é cobrar os devedores, acabar com a sonegação e as renúncias fiscais"***, disse.



Nenhum Direito a Menos

- Manutenção do acordo específico da Caixa (ACT);
- Manutenção da mesa única
- Contra os efeitos da nova lei trabalhista
- Garantia de emprego
- Fim do Caixa Minuto



Conforme Gabas, até 2015, as contas da Previdência registravam superávit na despesa urbana, e nos últimos três anos a arrecadação vem caindo por conta da elevação do desemprego. ***"Nós tínhamos emprego, salário, distribuição de renda, e isso aumentava a arrecadação. Isso fazia que a Previdência tivesse recursos suficientes para pagar os benefícios",*** enfatizou o ex-ministro. "Você não pode, por um problema de arrecadação, tirar direitos", acrescentou.

Para Carlos Gabas, em momentos de crise econômica, considerando a abrangência das políticas de proteção social e o valor investido para seu custeio, são recorrentes as investidas neoliberais para tentar reduzir os direitos sociais a fim de diminuir os gastos do orçamento. Ele concluiu dizendo que os trabalhadores não podem baixar a guarda, porque o governo pode retomar o projeto a qualquer momento. ***"Até agora a sociedade brasileira, com a mobilização dos trabalhadores, resistiu ao desmonte da Previdência, mas o governo depois das eleições vai colocar o projeto novamente em votação, o Temer já disse isso"***, alertou Gabas.

Reforma trabalhista

A nova legislação trabalhista, em vigor desde novembro, traz entre outros prejuízos, implicações desastrosas para o sistema público de aposentadorias, já que dificulta a contribuição dos trabalhadores, devido às novas modalidades de contrato. O alerta foi do advogado José Eymard Loguércio. Segundo ele, a reforma pretende ***"valorizar o contrato individual de trabalho e desvalorizar o papel do sindicato"***. Para o jurista, a atuação do movimento sindical deve ser no campo político. ***"Nós não vamos nos dar por derrotados por uma legislação que não foi amplamente debatida com o conjunto da sociedade"***, frisou.

Eymard avalia que o modelo de sociedade projetado pela reforma trabalhista pode jogar o Brasil de volta ao século XIX, com relações de trabalho extremamente precarizadas e um mercado onde poucos ganham muito e a grande massa da população se empobrece cada vez mais. O advogado também ressaltou a necessidade de mobilização contra as reformas do governo. ***"Quando se destrói direitos sociais, está se acabando com a cidadania"***, disse Eymard. Ainda segundo ele, os trabalhadores não podem esperar que o Judiciário revise a legislação aprovada em tempo recorde pelo Congresso Nacional.

A reação contra a reforma trabalhista, que teve como principal objetivo retirar direitos e desestruturar a organização dos trabalhadores através dos sindicatos, deve vir da sociedade, apontou Eymard. O advogado revelou que já existem ações na Justiça questionando vários pontos da lei como o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, trabalho intermitente, o acesso à Justiça, entre outros.

Meu primeiro Conecef

Um dos destaques do 34º Conecef foi a quantidade de delegados que participaram do congresso pela primeira vez. Trata-se de um importante sinal de que os empregados da Caixa estão atentos às ameaças à manutenção do banco 100% público e aos direitos da categoria. Juntos somos mais fortes!



Daniel Rigo
empregado da Gipes,
em São Paulo (SP)

Eu achei uma experiência muito válida, obtemos muita informação, e o sistema de votação das propostas foi bastante justo e democrático. O mais importante é que estamos juntos, nos organizando em defesa dos nossos direitos e da Caixa, realmente o banco social do país.

Victor Claverie Vilar
da agência Paço Imperial,
no Rio de Janeiro (RJ)

Achei muito interessante participar e gostei da dinâmica em que se buscou o consenso e contemplar um pouco de cada tese, sem radicalismos, em prol do interesse maior, que é a defesa dos nossos direitos e do papel social da Caixa. Acredito que o Conecef deve sempre dar espaço para que todos falem e apresentem suas propostas, pois assim mais pessoas se sentirão motivadas a participar.





Henrique Parra
aposentado de Jundiaí (SP)

Participei do Conecef com muita responsabilidade cívica, pois entendo que o dissídio (Campanha Nacional dos Bancários) deste ano transcende o aspecto salarial. O que está em jogo é o destino de uma empresa centenária que já fez muito pelo país e muito ainda pode fazer.

Seus empregados trabalham com muito orgulho na empresa que presta serviços diretos ou indiretos a toda a população brasileira, independente de renda ou classe social. Sabemos que o nosso trabalho auxiliou na implementação de várias políticas de inclusão social e econômica, principalmente às dirigidas aos que mais precisam. É bom fazer parte de um time cuja atuação gera desenvolvimento ao país.

Os bancários da Caixa conquistaram ainda uma política de recursos humanos que trata a saúde do trabalhador com dignidade e é vitoriosa. Por isso, não tem lógica econômica e social o anúncio de privatização e perda de direitos dos trabalhadores da Caixa. Em meio à maior crise econômica e social do país, na correria, a pretexto de se adequar ao Acordo da Basiléia, de aumentar seus ativos, sem inclusive um crivo pelo voto da população brasileira. O que ganhará o Tesouro com isto? E a população brasileira mais carente e que precisa de políticas sociais e econômicas sustentáveis? É com este espírito que creio que os aposentados e os da ativa devem se unir e participar dos debates da nossa Campanha deste ano, que vai ser maior que a luta apenas salarial. A Caixa é sim mais que um banco.



Paula Brito
da agência Cabo Branco,
em João Pessoa (PB)

Estou na Caixa há quatro anos e essa foi a primeira vez que participei do Conecef. Num momento delicado como este, de governo ilegítimo e de retirada de direitos dos trabalhadores, encontros como este são fundamentais para manter a categoria unida e para que não esqueçamos que a única saída é a resistência e a luta. Foi muito prazeroso fazer parte da construção da minuta de reivindicações da nossa categoria, debater com colegas de várias partes do país, saber que não estamos sozinhos e que, juntos, somos muito, muito mais fortes.

Seria interessante que mais empregados da base tivessem a oportunidade de participar, principalmente os mais jovens já que a maioria parece alheia à atual conjuntura. Inclusive, esse foi um dos pontos debatidos no Conecef. Precisamos pensar em formas de articulação para trazer essa turma para a luta. É importante que eles saiam um pouco de dentro das agências, do ambiente de trabalho, para que possam compreender que cada direito nosso foi conquistado com muita luta, com muita negociação.

Luta pela **Caixa 100% pública** é reforçada durante o 34º Conecef

No painel sobre o tema, participantes destacaram a importância do banco para o país e os brasileiros, e alertaram para o desmonte pretendido pelo atual governo



Caixa 100% pública

- Defesa da Caixa 100% Pública e dos bancos públicos;
-Contra alterações no estatuto da Caixa;
- Atos contra o leilão da Lotex;
- Não fechamento de unidades e a contratação de mais empregados;
- Não à mercantilização dos produtos, taxas e tarifas pela Caixa.



O debate sobre a defesa da Caixa 100% pública foi um dos mais concorridos do 34º Conecef. A deputada federal Erika Kokay (PT/DF); Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração do banco; e Felipe Miranda, do Dieese e assessor da Fenae, destacaram o papel social e estratégico da empresa para o desenvolvimento econômico e social do país.

Rita Serrano alertou que trabalhadores concursados da Eletrobras, Casa da Moeda e Correios foram demitidos para preparar o terreno destas empresas para a privatização. ***"Eles querem enxugar as estatais para poder vender depois, o discurso é que essas empresas são instrumentos de corrupção para convencer a população"***, disse.

Já a deputada **Erika Kokay,** que é empregada da Caixa, avaliou que o momento é de ruptura democrática, retirada de direitos e privatização da gestão. Segundo ela, o governo Temer adota com o banco a mesma estratégia utilizada com outras empresas públicas. ***"A intenção é que a Caixa deixe de ser 100% pública e passe a ter a variável, a estratégia de mercado dominando a sua função"***, afirmou.

Felipe Miranda apresentou números que mostram a importância da empresa para o Brasil. ***"A Caixa é extremamente eficiente"***, enfatizou, ao comentar os investimentos em habitação, infraestrutura, dentre outras áreas. ***"É extremamente importante que a gente defenda o que é público"***, completou.



Tentativa de desmonte

Durante o painel, foi mostrado o cenário de desmonte que o governo tentar implementar na Caixa. O banco chegou a ter 101 mil trabalhadores em 2015. Nos últimos três anos, foram cortados 17 mil postos de trabalho, e continua a política de fechamento de agências, precarizando as condições de trabalho. A Caixa vem reduzindo também operações na habitação, por exemplo.

Em outro viés, o governo tentou transformar a Caixa em Sociedade Anônima, medida que foi barrada graças ao poder de mobilização dos empregados, das entidades representativas e da sociedade. ***"Agora, o golpe chegou até o Conselho de Administração da Caixa com propostas de mudanças estatutárias que destroem a função social do banco e abrem portas para o rentismo"***, alertou a parlamentar.





Livro

O debate sobre Caixa 100% pública foi encerrado com o lançamento do livro ***"Caixa, banco dos brasileiros"***, da Coleção Fenae. A obra, de autoria de Rita Serrano, apresenta um resgate da história do banco desde sua criação, em 1861, e traz uma seleção de fotos históricas, em especial sobre a organização e mobilização dos empregados nas últimas três décadas.

Este é o segundo livro da Coleção Fenae, inaugurada com "Bancos Públicos do Brasil", do economista Fernando Nogueira da Costa. ***"A ideia é recuperar um pouco dessa rica história do banco e de seus empregados. A Caixa é uma instituição centenária que deve continuar pública e a serviço dos brasileiros"***, explicou Rita Serrano.



Conecef reitera apoio para a campanha nacional "Saúde Caixa: eu defendo"

A manutenção do Saúde Caixa nos moldes que é praticado atualmente será uma das principais lutas dos empregados da Caixa Econômica Federal por ocasião da Campanha Nacional 2018 da categoria bancária. No painel sobre o tema, durante plenária do 34º Conecef, o médico Albucacis de Castro Pereira, assessor da Fenae e do GT Saúde Caixa, fez uma explanação sobre o histórico e a importância do plano para os trabalhadores do banco, com base no princípio de que ***"a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade"***, conforme definição elaborada em 1948 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo Albucacis de Castro, na condição de plano de autogestão que não objetiva o lucro e se constitui em função de um compromisso social, abrangendo hoje 288.587 beneficiários em todo o país, a luta em defesa do Saúde Caixa é de todo dia e de todo minuto. ***"É importante os trabalhadores defenderem esse plano de saúde e buscarem sempre melhorá-lo"***, afirmou.

Saúde Caixa

-Manutenção do Saúde Caixa e do atual modelo de custeio aos trabalhadores da ativa e aposentados;

- Manutenção e fortalecimento da qualidade do plano;

-Transparência sobre as informações do plano.

-Ampliação do GT Saúde e GT Saúde Caixa.

- Garantia do Saúde Caixa para os novos concursados

Ele lembrou que o Saúde Caixa destina 100% dos recursos para a atenção à saúde e possui uma gestão mais próxima do beneficiário, considerando acertada a deflagração pelas entidades representativas da campanha em defesa da política de assistência à saúde, que se encontra sob ameaça de se precarizar devido às determinações do governo de Michel Temer e da direção do banco. Denominada "Saúde Caixa: eu defendo", a campanha tem o objetivo de alertar trabalhadores da ativa e aposentados sobre os ataques que o plano de saúde tem sofrido e mobilizar a categoria em torno da questão.

Durante debate no 34º Conecef, Abucacis de Castro disse que a possibilidade de que o Saúde Caixa sofra mudanças em futuro próximo é preocupante, porque as alterações propostas pelo governo federal vão tornar mais restritiva e cara a política de assistência à saúde dos empregados da Caixa. Ele lembrou ainda que o registro de superávits sucessivos nos últimos anos prova que o Saúde Caixa é sustentável, a exemplo do que ocorreu em 2016, quando acumulou resultado positivo de R$ 670 milhões.

O médico considerou que, em relação ao Saúde Caixa, pensar socialmente é fundamental. Para de-





fender esse direito, segundo ele, é essencial conhecer suas características e diferenciais. Fez um alerta, ainda, a respeito do risco que representa para o plano a mudança no Estatuto da Caixa, que propõe o limite correspondente a 6,5% da folha de pagamento para a participação do banco nas despesas assistenciais, à revelia do que prevê o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018.

"O atual modelo de custeio, no qual a Caixa é responsável por 70% de todo o custo assistencial e aos usuários cabem os outros 30%, está previsto no ACT vigente até 31 de agosto de 2018. Impor esse teto de forma arbitrária significa infringir todo o processo de negociação ocorrido entre a empresa e seus trabalhadores", reafirmou. Como resultado disso, mensalidades mais altas, cobranças por faixa etária e exclusão dos aposentados, dos pais e dos filhos acima de 24 anos estão entre as alterações que podem vir para prejudicar os trabalhadores.

"Não podemos aceitar medidas como essa. O plano de saúde é superavitário e a Caixa se recusa a implementar as propostas que foram fechadas no Grupo de Trabalho e homologadas pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), visando a utilização dos recursos excedentes. Havendo um limitador da participação do banco, a partir do momento que o teto for atingido, automaticamente os custos passam a ser transferidos aos empregados. Além do mais, a política de não reposição dos trabalhadores que se desligam, tem reduzido o valor da folha", reiterou Fabiana Matheus, diretora de Saúde e Previdência da Fenae.



Saúde Caixa: por que eu defendo?

Para valorizar o plano de saúde dos empregados da Caixa e mobilizar os usuários em defesa deste importante direito, os delegados do 34º Conecef endossaram a campanha "Saúde Caixa: eu defendo", lançada pela Fenae, Contraf/CUT, Fenacef, Fenag, Advocef, Aneac, Social Caixa e Anacef. Foi lido, na ocasião, um manifesto em defesa do Saúde Caixa, no qual é dito que a resistência contra as mudanças no atual modelo de custeio do plano precisa ser intensificada.

De acordo com Fabiana Matheus, ***"é fundamental que todos os usuários do Saúde Caixa continuem a se mobilizar para mostrar que têm consciência de que o plano de saúde é uma das maiores conquistas da categoria e que não vão abrir mão desse direito".***



Unidade do movimento dos empregados em **defesa da Funcef** e de seus participantes

Uma das principais reivindicações dos delegados do 34º Conecef foi a imediata suspensão do processo de revisão do Estatuto da Fundação. Também foi cobrada solução para o contencioso judicial

Inserido no processo de ameaça aos direitos dos trabalhadores, o debate sobre a situação da Funcef no 34º Conecef serviu como um momento de união em defesa da Fundação. Na ocasião, os 310 delegados reivindicaram soluções imediatas para o problema gerado pelo contencioso judicial, além de ajustes na metodologia de revisão do Estatuto para garantir a representatividade dos participantes e dar mais transparência ao processo.

A falta de rumo da atual gestão da Funcef, a falta de transparência, os deficits seguidos e as tentativas de infringir os regulamentos dos planos e subjugar a paridade nos planos de equacionamento foram alvos de críticas contundentes feitas por Fabiana Matheus, diretora de Saúde e Previdência da Fenae. Ela alertou quanto ao conjunto de ataques que os trabalhadores vêm sofrendo no âmbito dos fundos de pensão, conclamando a plenária do 34º Conecef a tirar posição firme contra a proposta de revisão do Estatuto, ***"que só interessa a quem pretende retirar direitos dos trabalhadores, apesar de ter sido aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação com votos dos representantes eleitos e indicados"***.

A dirigente da Fenae também criticou a orientação política de beneficiamento da patrocinadora (Caixa) e apontou a quebra da paridade nos planos de equacionamento do REG/Replan Não-Saldado, validada pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que diretores indicados e eleitos assinaram junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), como um dos mais graves equívocos contra os interesses dos participantes, sobretudo por impor nos ombros deles uma parcela maior da conta do equacionamento em relação à Caixa.

Para Fabiana Matheus, ***"defender a Funcef é compreender as múltiplas realidades de seus participantes e lutar para que todos sejam representados e protegidos"***. E completou: ***"A Funcef somos nós e esse patrimônio é nosso"***.

Funcef

- Cobrança e responsabilidade da Caixa sobre o Contencioso;
- Manutenção e ampliação dos direitos dos participantes da Funcef
- Suspensão imediata do processo de alterações no Estatuto da Funcef
- Mais democracia na Funcef e contra o PLP 268
- Incorporação do REB ao Novo Plano

O presidente da Fenacef, Edgard Lima, disse estar acompanhando com grau de apreensão contínuo os problemas relativos à Funcef. Ele considerou prejudicial aos participantes o combate diário entre diretores/conselheiros eleitos e indicados. Afirmou ainda que hoje os participantes não são consultados para nada e saiu em defesa do papel das entidades representativas, que ***"é o de pressionar para que não ocorra na Funcef nenhum processo sem consulta aos participantes"***.

De acordo com Raquel Weber, representante da CSD, não existe a defesa da Funcef sem a defesa da Caixa 100% pública . Ela disse ainda que a questão do contencioso é uma dívida que a Caixa tem que assumir com a urgência que a situação requer. Criticou também a proposta de diminuição da meta atuarial e defendeu a incorporação do REB pelo Novo Plano, ***Raquel Weber disse, por fim, que "uma Caixa forte é sinônimo de uma Funcef forte"***.

O representante da CTB, Emanoel Souza de Jesus, opinou que a Caixa neste país só tem sentido se for 100% pública e essa tese, segundo ele, reflete-se diretamente na Funcef. Ele considerou como o maior problema o interesse do mercado no patrimônio da Fundação, o que precisa ser combatido por todas as entidades representativas. Para Emanoel Souza, a proposta de revisão do Estatuto visa arrebentar a unidade de todos os participantes, estando aí um dos desafios a ser combatido pela frente.

Participação de diretores eleitos

No debate sobre a Funcef no 34º Conecef, o diretor de Planejamento e Controladoria da Fundação (eleito), Max Mauran Pantoja da Costa, considerou positivo o modelo em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar, mostrando-se preocupado com as tentativas do governo federal de abrir esse mercado para fins privados, de modo a oferecer espaço cada vez maior para a previdência privada.

Pantoja defendeu a tese de que a questão do equacionamento visa superar o ciclo de déficits acumulados na Funcef, deixando sem resposta os questionamentos de que os cinco planos de equacionamento elaborados nos últimos quatro anos passaram a tirar o sono dos participantes do REG/Replan Saldado e Não-Saldado, sobretudo devido aos descontos acumulados para o pessoal da ativa e aposentados. Também, na ocasião, disse que a política de rentabilidade tem sido bem-sucedida e elogiou a proposta de reformulação do Estatuto, apesar de a mesma declaradamente colocar em risco o espaço dos participantes na gestão, alterar o processo eleitoral, reduzir a participação dos aposentados e ampliar os poderes do Conselho Deliberativo.

O diretor da Previ, Marcel Barros, ressaltou o fato de o sistema de previdência complementar estar sob ataque do Projeto Parlamentar nº 268, que retira a possibilidade de

os trabalhadores gerirem os recursos dos fundos de pensão a que estão vinculados. Outra aguda agressão, segundo ele, vem da Instrução nº 15 da Previc, que prevê a intervenção direta nas entidades fechadas de previdência complementar.

"Um dos objetivos dessas iniciativas é entregar toda a política de investimentos para a responsabilidade exclusiva do patrocinador, sem qualquer consulta aos participantes", denunciou. Marcel Barros considerou fundamental a mobilização das entidades representativas para se rebelar contra todos esses retrocessos. Essa luta, segundo ele, deve estar baseada no princípio de que o patrimônio dos fundos de pensão pertence aos trabalhadores e, nesse sentido, precisa ser devidamente preservado.

Não à revisão do Estatuto!

A conclusão dos delegados do 34º Conecef é a de que, apesar de o governo e a Caixa desejarem sedimentar, a Funcef ainda é o caminho mais adequado para o trabalhador apostar em um futuro mais tranquilo. Os desafios pela frente são muitos, entre os quais a busca permanente pela transparência. Nesse quesito, uma das lutas é no sentido de paralisar o processo de revisão estatutária. As entidades representativas assumiram o compromisso de promover uma discussão mais aprofundada a respeito do assunto.

A diretora de Saúde e Previdência da Fenae, Fabiana Matheus, considera temerárias as alterações propostas e afirma que qualquer mudança que reduza direitos não será aceita pela categoria. ***"As propostas de alteração apresentadas representam retrocessos em tudo o que os participantes conquistaram de avanços no Estatuto"***, diz.





Defender a **Caixa 100% pública** é fundamental para a saúde dos empregados do banco

Foi o que defendeu a médica Maria Maeno, durante painel no 34º Conecef. Reforma trabalhista e terceirização irrestrita devem agravar adoecimento da categoria bancária

A precarização das condições de trabalho e o adoecimento dos bancários marcaram os debates do painel sobre Saúde do Trabalhador e Condições de Trabalho, no 34º Conecef. Maria Maeno, médica da Fundacentro, mostrou números sobre o problema e ressaltou que com as mudanças promovidas pela reforma trabalhista, a tendência é que a categoria adoeça ainda mais. ***"Acredito que a defesa da Caixa 100% pública é fundamental para a saúde dos empregados do banco"***, argumentou.

Outras questões apontadas pela pesquisadora, como o aumento dos empregos informais e a queda no número de segurados empregados a cada ano, tendem a se aprofundar com a reforma trabalhista, que legalizou o trabalho intermitente e a terceirização irrestrita. As mudanças aumentaram as possibilidades de ocorrências de doenças

ocupacionais e acidentes do trabalho, ao mesmo tempo dificultando mais ainda o devido registro desses eventos.

No Brasil, os bancários estão dentre as categorias mais acometidas por doenças e acidentes do trabalho como fruto do modelo de gestão adotado pelos bancos, que buscam lucros cada vez maiores. A médica citou como fatores de adoecimento a redução dos postos de trabalho, terceirizações, ritmo intenso, metas inatingíveis e violência psicológica.

Para Maria Maeno, o modelo de reestruturação adotado pelas instituições bancárias, com incorporações, concentração no sistema financeiro, multiplicidade de serviços, terceirização, entre outros, tem levado os bancários a condições adversas, causando principalmente LER/Dort e transtornos psíquicos.

Saúde e condições de trabalho

- Fortalecimento dos Fóruns Regionais e Nacional de Condições de Trabalho;
- Política de saúde mental e enfrentamento do adoecimento
- Combate ao assédio moral sexual e a toda violência organizacional;
- Criação de unidades estaduais de Saúde do trabalhador, por Gipes ou Repes, com a participação dos trabalhadores;
- PCMSO a serviço da saúde e não dos interesses da Caixa.



Prevenção

Na apresentação, a médica destacou um cenário cada vez mais preocupante, com a ausência de prevenção de incapacidades e a falta de política de reabilitação profissional para promover a reinserção no mercado. Também não há espaços dentro das empresas para analisar a condição do trabalhador e eventualmente encaminhar o tratamento do problema ou mudar o empregado de área.

Maeno chamou atenção, ainda, para inconsistência dos dados em relação ao registro dos acidentes de trabalho. Em 2014, por exemplo, 23.492 acidentes tinham os ramos econômicos ignorados, o que equivalia a 3,3% do total dos acidentes. O Anuário Estatístico da Previdência Social de 2015, após revisão, mostrou que na realidade foram 128.435 acidentes que não tiveram os ramos identificados, o que representa 18% do total. Para ela, esse problema tende a se agravar por conta da lei da terceirização, sancionada por Temer no ano passado. Será ainda mais difícil estabelecer vínculos entre os males que atingem os trabalhadores e trabalhadoras e as empresas e setores nos quais efetivamente atuam.

Outra questão preocupante é a ***"reforma" da Previdência defendida pelo governo Temer. Se aprovada a proposta, a menor proteção e maior precarização das relações de trabalho levará as pessoas a "pensar várias vezes"*** antes de aceitar um afastamento, o que poderá aumentar a cronificação das doenças.

RESOLUÇÕES DO 34º CONECEF

MINUTA DE REIVINDICAÇÕES

EIXO I: NENHUM DIREITO A MENOS

1. Todas as negociações dos bancários serão feitas exclusivamente com os sindicatos.

2. Todas as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho deverão ser asseguradas após a data base e permanecerão vigentes até a celebração de novo acordo coletivo.

3. O Acordo Coletivo de Trabalho será válido e aplicável a todos os empregados da Caixa Econômica Federal, independente de faixa de escolaridade e de salário em que se enquadram.

4. A Caixa não contratará trabalhadores terceirizados em atividades fim, bem como não empregará por intermédio de contratos de autônomos, intermitentes, temporários, a tempo parcial e 12?36.

5. Todas as homologações de desligamentos serão feitas nos sindicatos.

6. A Caixa é responsável pelas condições de saúde do trabalhador no ambiente de trabalho, seja ele interno ou externo.

7. A jornada de trabalho, pausas e intervalos são consideradas como norma de saúde do trabalhador.

8. Os dirigentes sindicais terão livre acesso aos locais de trabalho.

9. O pagamento da PLR não será parcelada em mais de duas vezes.

10. Não será feita rescisão de contrato de trabalho de "comum acordo".

11. Vedado acordo individual de compensação e banco de horas.

12. A Caixa Econômica Federal respeitará e exigirá o cumprimento dos intervalos de repouso e de alimentação, de no mínimo quinze minutos e uma hora, respectivamente, para as jornadas de até seis e acima de seis horas. Os intervalos de repouso e alimentação serão computados dentro da jornada de trabalho normal, não podendo ser acrescidos à jornada em nenhuma hipótese e detém natureza salarial.

13. O gozo das férias anuais não será parcelado em mais de duas vezes.

14. A Caixa não fará a quitação anual de passivos.

15. Não será constituída comissão de representantes de empregados não vinculadas ao sindicato.

16. Isonomia: Extensão dos direitos dos empregados admitidos antes de 1998 aos admitidos após 1998.

17. Fim da discriminação aos empregados optantes do REG/Replan Não-Saldado.

18. Fim do Caixa Minuto e designação somente efetiva para todas as funções, inclusive tesoureiros e avaliadores de penhor.

19. Garantia de jornada de seis horas para todos os empregados.

20. Pagamento do tíquete e cesta alimentação para todos os aposentados.

21. Garantia de emprego.

22. Garantia de incorporação de 100% da função após 10 anos, inclusive CTVA.

23. Manutenção da PLR regra Fenaban somada à PLR Social, com distribuição linear.

24. O salário não será pago em prêmios ou por produtividade.

25. Não será limitada nem cerceada a liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores a exemplo do que versa o artigo 223 e incisos da lei 13.467/2017.

EIXO II:
CAIXA 100% PÚBLICA

26. Composição da diretoria da Caixa exclusivamente com empregados de carreira.

27. Representação eleita dos empregados e movimentos sociais no Conselho de Administração.

28. Não fechamento de unidades, em especial as que estão em locais sem outras agências da Caixa ou oferta insuficiente de serviços bancários.

29. Cobrar da Caixa a qualificação do atendimento, em especial o social, para fortalecer os laços da instituição com os clientes e a sociedade.

30. Manutenção da gestão do FGTS na Caixa.

31. Contratação de mais empregados já!

32. Redução imediata da taxa de juros dos empréstimos. Redução das taxas e tarifas bancárias em defesa do papel público da Caixa Não à mercantilização dos produtos, taxas e tarifas pela Caixa!

EIXO III:
SAÚDE CAIXA E FUNCEF

33. Atendimento presencial de pelo menos dois funcionários por Gipes/Repes para orientar, o acesso aos sistemas do Saúde Caixa.

34. Apresentação de Relatório atuarial e balancetes mensais do exercício de 2017, para fins de acompanhamento do Plano e verificação da necessidade de ajuste.

35. Identificação do valor total do superávit e respectiva discussão da destinação do mesmo, nos termos do (ACT/2016-2018, § 9º).

36. Aplicação correta da regra de remuneração, pela taxa SELIC, sobre os valores do Fundo de Reserva de Contingência (§ 10º).

37. Garanta no ACT de apresentação dos relatórios financeiros mensais e anuais para possibilitar a efetiva atuação do Conselho de Usuários.

38. Apresentação dos resultados da pesquisa anual de atendimento e satisfação dos usuários do Saúde Caixa.

39. Implementação de um canal oficial e centralizado de comunicação com o Conselho de Usuários

40. Implantação e fortalecimento dos Comitês de Credenciamento descredenciamento do Saúde Caixa por base Repes e Gipes, adotando ainda a função de receber demandas sobre o atendimento do Saúde Caixa.

41. Conselho de Usuários Saúde Caixa deliberativo, sem voto de Minerva.

42. Fortalecimento das equipes próprias de atendimento do Saúde Caixa, nas Gipes e Repes, com a ampliação do número de empregados nestas atividades, alcançando todos os estados.

43. Manutenção do Saúde Caixa e seu modelo de custeio aos trabalhadores da ativa e aposentados, assegurando as garantias do ACT. Contra o teto do Saúde Caixa!

44. Eleições do Saúde Caixa com dois turnos, caso nenhuma chapa tenha 50% + 1 dos votos, entre as duas chapas mais votadas no 1º turno.

45. Garantia do Saúde Caixa para os novos concursados.

46. Ampliação do GT Saúde e GT Saúde Caixa.

47. Cobrança e responsabilidade da Caixa sobre o contencioso.

48. Manutenção da paridade de contribuições normais e extraordinárias em todos os planos e o restabelecimento da paridade no REG/Replan Não-Saldado.

49. Revisão da redução da meta atuarial nos planos de benefícios da Funcef.

50. Incorporação do REB ao Novo Plano.

51. Manutenção e ampliação dos direitos dos participantes da Funcef, como o FAB e o FRB.

52. Mudanças no estatuto da Funcef devem ser amplamente debatidas e aprovadas pelos participantes.

Nenhuma alteração estatutária poderá acabar com as eleições entre os participantes para a Diretoria e Conselhos da Fundação ou retirar os direitos atualmente previstos.

53. A Caixa deverá custear integralmente o contencioso da Funcef que tem origem na relação de emprego entre participante e patrocinadora.

54. Reformulação dos Comitês de Assessoramento Técnico da Funcef, em especial o de investimentos.

55. Elaboração e implementação de novas políticas de governança e transparência na Funcef.

56. Criação de mecanismos de empoderamento dos participantes nos processos decisórios da Funcef, como definição da política de investimentos, definições de alteração de planos de benefício e estatuto, e nas discussões em que há impasse nas instâncias decisórias (diretoria e conselhos deliberativo e fiscal).

57. Cobrar política de investimentos mais adequada da atual gestão da Funcef.

58. Transparência no processo de indicação dos representantes da Fundação nas empresas em que a Funcef tem participação, com prestação de contas por parte dos mesmos.

59. Fim do voto de Minerva na Funcef.

60. Os processos eleitorais da Funcef precisam ser orientados por regras claras que garantam a democracia plena. Manutenção das eleições diretas para os representantes dos empregados na diretoria e nos conselhos deliberativos e fiscal, bem como a eleição com dois turnos sempre que a chapa mais votada não atingir mais de 50% dos votos válidos.

61. Revisão da metodologia de equacionamento do REG/Replan.

62. Instituição de assembleias e consultas para que os associados decidam sobre as questões mais importantes dos planos.

63. Reestruturação do CredPlan, com melhores condições para os participantes da Funcef.

64. Revisão dos empréstimos aos participantes que pagam equacionamento, em especial aos aposentados.

EIXO IV: SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

65. Implantação permanente do Fórum Nacional de Condições de Trabalho subsidiado de informações de saúde, infraestrutura, segurança e cobrança de metas na Caixa.

66. Criação de unidades estaduais de Saúde do trabalhador, por Gipes ou Repes com a participação dos trabalhadores.

67. Fortalecimento dos Fóruns Regionais de Condições do Trabalho.

68. Total responsabilidade da Caixa pelas perdas e danos decorrentes de problemas de segurança.

69. Programa de proteção aos empregados e suas famílias vítimas de violência e crimes motivados pelo exercício de sua atividade bancária. Pela concessão de licença do trabalho até que o empregado esteja totalmente restabelecido para suas funções, bem como pagamento integral de médicos, psicólogos e demais especialistas para a vítima e sua família.

70. Formulação, em oficina com a participação dos empregados, de política de saúde mental e enfrentamento do adoecimento mental ao qual a categoria está exposta.

71. Abertura obrigatória de CAT, no prazo de 24 horas, para todos os trabalhadores da unidade, envolvidos nas ocorrências de assalto e em outros acidentes de trabalho.

72. Custeio integral pela Caixa, sem ônus ao Saúde Caixa, de qualquer tratamento recomendado para doença ocupacional ou relacionada ao trabalho.

73. Eleição do presidente da Cipa pelos titulares e suplentes da Cipa e não interferência da Caixa na comunicação dessa comissão.

74. Reconhecimento da dependência química de álcool e outras drogas como doença, propiciando atendimento ao empregado, equipe de trabalho e grupo

familiar por equipe multidisciplinar formada por médicos, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais.

75. Caracterização como de efetivo exercício o período entre o fim da licença até a data do resultado da perícia, com a manutenção da remuneração integral, nos casos de pedidos de Prorrogação e de Reconsideração junto ao INSS, mesmo que venham a ser negados.

76. Extensão da pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados para todos os bancários da Caixa que atendem público ou trabalham com entrada de dados ou movimentos repetitivos.

77. Implantação do Fórum Regional de Condições de Trabalho em toda base Repes ou Gipes

78. Reconhecimento como acidente de trabalho de eventuais acidentes ocorridos no trajeto para o local de trabalho.

79. Revogação da atual sistemática de seleção interna e discussão com a participação dos empregados de novo modelo que garanta a participação dos empregados, sem restrição, e realização de todas as etapas do processo seletivo.

80. PCMSO a serviço da saúde e não dos interesses da Caixa.

81. Implementar um censo sobre o adoecimento mental da categoria. Uso de mediação/afastamentos para gerarmos indicadores capazes de subsidiar a luta pela saúde dos trabalhadores.

82. Aumento do prazo de requerimento por escrito da licença paternidade de 2 para 5 dias úteis (cláusula 27).

83. Inclusão na negociação coletiva no caso de explosão no ambiente de trabalho ocasionará atendimento médico, psicológico e custeado pela Caixa, além da comunicação aos sindicatos (cláusula 35).

84. Será vedado descomissionamento de gestante, durante o período gestacional e até seis meses após o retorno ao trabalho.

85. Combate ao assédio moral, sexual e a toda violência organizacional.

86. Fim da GDP

87. Contratação dos concursados admitidos no último concurso público, para repor os empregados desligados nos últimos anos e ampliar o quadro acima dos 100 mil alcançados em 2014.

88. Reposição dos funcionários demitidos nos últimos PDVE.

89. Fim do descomissionamento para quem sair de licença médica e garantia de 1 ano de função após o retorno ao trabalho.

90. Revisão do normativo que versa sobre Processo Disciplinar Civil garantindo o direito a ampla defesa, sem punição antes do fim do processo.

91. Transparência nos PSI, sem discriminação de áreas ou público alvo.

92. Debate com os segmentos de empregados das carreiras administrativa (avaliadores, tesoureiros, caixas, TI, trabalhadores do setor social, gestores, entre outros).

93. Fim da verticalização.

94. Garantia de um delta por ano por antiguidade aos empregados.

95. Definição do funcionamento das agências digitais. Mão de obra, atividades a serem executadas.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

96. Mesa única com mesas concomitantes: Participação dos empregados da Caixa na Campanha Nacional dos Bancários, com representação na mesa da Fenaban e mesa específica concomitante.

97. Elemento central da campanha: a defesa da CCT e a manutenção do padrão de contratação nos bancos.

98. Criação do cargo de vice-presidente representante, eleito pelos empregados.

99. Luta pela revogação das restrições impostas pela lei 12.353 de 28/12/2010 para atuação do conse-

lheiro eleito no Conselho de Administração da Caixa, permitindo a participação em debate sobre questões de pessoas do banco.

100. Lutar pelo fim de todas as formas de opressões na Caixa contra as mulheres, negros e negras, LGBTs.

101. Aprovar seminários de empregados para discutir o Saúde Caixa e outras questões.

102. Criação de mesas específicas para negociar com a CEE/Caixa melhorias das condições de trabalho por segmentos das carreiras profissionais e administrativas.

ESTRATÉGIA

EIXO I: NENHUM DIREITO A MENOS

103. Manutenção dos direitos assegurados pela CCT e pelo ACT.

104. A Caixa renovará as cláusulas do ACT que asseguram direitos aos empregados da ativa e aposentados. Eventuais alterações em suas cláusulas não poderão suprimir direitos.

EIXO II: CAIXA 100% PÚBLICA

105. Fim da discriminação à pobreza nas agências! Atendimento igual para todos os clientes.

106. Lutar contra o fatiamento da Caixa.

107. Construção de uma mobilização nacional culminando em um grande ato na data prevista para a concessão da Lotex.

108. Fortalecimento dos comitês de defesa da Caixa, dos bancos públicos e das empresas públicas.

109. Fortalecimento das campanhas de defesa da Caixa e das empresas públicas, por exemplo "Defenda a Caixa você também "e "Se é público, é para todos", por meio de audiências, encontros, seminários, atos e diálogo com a população, ressaltando a importância da Caixa para a sociedade e ganhando a opinião pública, preferencialmente em conjunto com outras categorias e com todos os segmentos.

110. Luta pela manutenção da Caixa 100% pública.

111. Mapeamento de agências para mobilização

112. Denunciar os parlamentares que defendem as privatizações e retiradas de direitos

113. Mobilizar contra novas alterações privatistas no Estatuto da Caixa.

114. Campanhas de denúncia dos membros do CA indicados pelo governo golpista a serviço dos bancos privados

115. Campanha contra o fechamento de unidades envolvendo a população

EIXO III: SAÚDE CAIXA E FUNCEF

116. Contra as resoluções da CGPAR e as mudanças no estatuto da Caixa que venham penalizar os empregos com perdas de direitos e aumento no custeio do plano.

117. Campanha permanente em defesa da Funcef e seus participantes.

ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

118. Liberação dos delegados sindicais para participarem de reuniões, cursos, seminários, congressos e plenárias onde seja necessária à sua presença, independentemente da anuência dos gestores, no mínimo de

10 dias por ano, desde que previamente comunicado por escrito pelo respectivo Sindicato, com antecedência mínima de 5 dias úteis.

119. Realização do 35º Conecef, no primeiro semestre de 2019, com base nos seguintes critérios:

a) Coordenação nacional pela Contraf-CUT;

b) Coordenação dos congressos estaduais pelas federações e sindicatos, com a colaboração das Apcefs e associações de empregados e de aposentados;

c) Organização pela CEE/Caixa;

d) Finalidade: discutir e deliberar sobre as especificidades da Caixa e de seus empregados, aposentados e pensionistas, elaborando a pauta de reivindicações específicas a ser negociada com a empresa no processo de negociação permanente e na mesa específica da Campanha Nacional dos Bancários;

e) Paridade de gênero: obrigatoriedade de 50% de gênero (corte). Aprimora a paridade em todas as representações;

f) Rateio dos custos totais de participação dos delegados no Conecef.

120. Em defesa da seguridade e previdência social.

121. Em defesa dos dirigentes sindicais: contra as perseguições e discriminação Caixa para com os dirigentes sindicais e manutenção da liberação.

122. Envolver gestores nas campanhas salariais e na mobilização.

123. Denunciar os desmandos do judiciário.

124. Resgatar a história do movimento.

125. Envolver os aposentados para ajudar na mobilização.

126. Envolver a população no debate do papel social da Caixa com campanhas publicitárias permanentes.

127. Fazer vídeos curtos, pinçando os principais e mais impactantes aspectos da reforma trabalhista e outros pontos estratégicos da Campanha 2018 para os delegados sindicais repassarem as suas unidades.

128. Lutar pela revogação da reforma trabalhista.

129. Aposentados devem estar nos debates das entidades e devem participar ativamente da mobilização.

130. Dias nacional de luta com boicote a produtos.

131. Delegados eleitos na proporção de um por 300 empregados na base, ou fração superior a 150. No mínimo dois por estado. Mesma proporcionalidade para os aposentados, garantindo no mínimo um por estado.

132. PSI para caixas e tesoureiros.

133. Eixos de campanha:

- Pelas liberdades democráticas

- Nenhum Direito a Menos

- Pela revogação da reforma trabalhista e a lei de terceirização

- Defesa da Caixa 100% pública

- Em defesa do Saúde Caixa

- Em defesa da Funcef

134. Reuniões nos locais de trabalho para discutir a campanha salarial deste ano alertando as mudanças na legislação trabalhista e os impactos sobre o nosso acordo coletivo.

135. Ampliação do direito aos vales alimentação e refeição para os trabalhadores terceirizados.

136. Entrega de plataforma dos empregados e da defesa das empresas públicas para os candidatos progressistas.

137. Envolver gestores nas campanhas salariais e na mobilização.

138. CEE/Caixa composta por um representante por federação, um representante dos aposentados indicado pela Fenacef, um representante da Contraf e um coordenador.

MOÇÕES

#LulaLivre

Os delegados presentes ao 34º Conecef reafirmam que a defesa da democracia e da justiça é dever de todos. Estamos vivendo retrocessos em todas as áreas, e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva simboliza os ataques aos direitos dos trabalhadores, o desmonte do Estado nacional, a criminalização da política, a utilização da Justiça como perseguição política. Lula é um preso político, e a defesa de Lula livre deve ser levada a todos os cantos do país.

Moção de repúdio aos representantes do governo no CA da Caixa

Nós, trabalhadores da Caixa reunidos no 34º Conecef, em São Paulo (SP), nos dias 7 e 8 de junho, manifestamos nossa defesa incondicional da Caixa pública, sustentável e focada no desenvolvimento do país. Da mesma forma, defendemos condições de trabalho dignas para os empregados que constroem um dos maiores bancos públicos do mundo.

Dessa feita, queremos registrar nosso repúdio à condução que vem sendo tomada pelos representantes do governo no Conselho de Administração da Caixa, em especial a presidente Ana Paula Vescovi, que também ocupa o cargo de secretária executiva do Ministério da Fazenda, cujas ações visam enfraquecer o papel do banco e retirar direitos dos empregados de forma a facilitar a entrega das operações e da Caixa para o sistema financeiro privado e grandes multinacionais, com quem de fato esse governo golpista tem compromisso.

Não bastante a tentativa frustrada em 2017, pela resistência dos trabalhadores, de tornar a Caixa uma S/A, agora, de forma oportunista, insiste em nova mudança estatutária, com o objetivo de substituir os cargos de carreira de direitos por indicados do chamado mercado. Sob o pretexto de melhoria de governança, o que se pretende de fato é atender a interesses políticos, eleitorais e privatizar a gestão, favorecendo os grandes bancos privados.

Reafirmamos aqui nosso compromisso em mover todas as ações possíveis contra mais esse desmando.

Moção de repúdio à indicação política de Carlos Vieira à Presidência da Funcef

Na moção, os delegados e delegadas do 34 Conecef, criticam a nomeaçao de Vieira que, embora seja empregado de carreira da Caixa Economica Federal, nao possuía ***"nenhuma experiencia em gestáo previdenciária"***.

Os delegados e delegadas destacam ainda que a indicaçao de Carlos Vieira foi feita por parlamentares denunciados pela operaçao Lava Jato,e a CPI do Orçamento nos anos 1980. ***"Receberam como recompensa do governo Temer, pelo apoio ao golpe, as chaves e os segredos dos cofres da Funcef, terceiro maior fundo de pensão da América Latina"***, enfatiza a moçao..

CAMPANHA NACIONAL
DOS BANCÁRIOS 2018



TODOS POR TUDO

RESISTIR E VENCER

FENAE APCEF

CONTRAF FEDERAÇÕES E SINDICATOS